

A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Juliano dos Santos Bravo¹

RESUMO

Examinaremos no presente artigo o modo pelo qual as principais potências mundiais estruturaram uma nova ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial, bem como a preponderância da política realista entre os Estados, no intuito de preencher o vácuo de poder deixado pela Alemanha. Analisaremos, ainda, o papel desempenhado por Stalin, Roosevelt e Churchill nas principais conferências pós-guerra e o desencadeamento da bipolarização.

Palavras-chave: Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Inglaterra, Bipolaridade, Guerra Fria.

ABSTRACT

We will examine in this article the way in which major world powers have structured a new international order after World War II, as well as the preponderance of realistic policy between states in order to fill the power vacuum left by Germany. Also analyze the role played by Stalin, Roosevelt and Churchill in major postwar conferences and triggering the polarization.

Keywords: United States of America, Union of Soviet Socialist Republics, England Bipolarity, Cold War.

1 INTRODUÇÃO

A história das relações internacionais é marcada, especialmente, pela existência de conflitos pelo poder. A política internacional do século XX evidencia a falha no objetivo de manter a paz e o equilíbrio de poder e, após duas guerras mundiais, os desequilíbrios do sistema internacional levaram a perdas materiais e, sobretudo, humanas sem precedentes.

Após a Segunda Guerra Mundial EUA, URSS e a Inglaterra detinham o posto de principais vencedores do conflito. A partir de então Roosevelt, Stalin e Churchill representando os interesses dos seus países, pautaram a política externa no principal objetivo, qual seja, a estruturação de uma nova ordem internacional, legitimando as suas margens de poder no sistema internacional, preenchendo o vácuo geopolítico deixado pela Alemanha.

¹ Bacharelado em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria. Componente do grupo de pesquisa em Política Internacional Contemporânea. e-mail: <julianobravo22@gmail.com>.

A fim de reorganizar a política internacional, os três principais chefes de estado debateram as consequências da guerra, bem como a forma de reestruturação do cenário internacional a fim de estabelecer as fatias de poder, influência e margem de ação para cada potência. Para tanto, houveram inúmeros encontros e conferências debatendo tais questões. Contudo, aos poucos, cláusulas foram sendo rescindidas, não se chegando a um grande acordo de paz, demonstrando, pois, a cisão política-ideológica mundial entre EUA e URSS.

2 O FIM DA 2ª GUERRA MUNDIAL E O CENÁRIO INTERNACIONAL

O breve século XX é preponderantemente marcado por uma política internacional entre as nações, sobretudo, pelas relações internacionais entre os Estados. O cenário internacional e o sistema internacional, especialmente até o fim década de 1980, é dominado pela agenda dos interesses de segurança das principais potências. Hedley Bull define sistema internacional (ou sistema de estados) “quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo” (BULL, 2002 p, 15).

O fim da Segunda Guerra Mundial produz um vácuo geopolítico no continente europeu, o qual inspira a propensão de atuação da *Realpolitik* em busca da consolidação de influências e, acima de tudo, do poder real entre as duas superpotências vencedoras, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – salientando o papel coadjuvante da Inglaterra, vencedora da guerra, porém devastada. Assim, ambos os Estados produzirão um novo padrão no sistema internacional; “o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada ‘Guerra Fria’” (HOBSBAWM, 2008, p. 223).

A Segunda Guerra Mundial enterrou o já superado equilíbrio de poder europeu, do qual Churchill ainda vai tentar reivindicar como solução para o sistema internacional no pós-guerra, bem como suplantou em fracasso a ideia Wilsoniana² da Sociedade das Nações. Logo,

² O termo Wilsoniano é geralmente aplicado nas Relações Internacionais para designar uma ideia e também uma vertente de teoria de idealismo moderno. A origem refere-se ao presidente norte-americano Thomas Woodrow Wilson, o qual redigiu uma mensagem contendo os famosos Catorze Pontos, que designa as relações internacionais de modo idealista e contém “a primeira concretização de uma organização intergovernamental internacional dedicada à paz idealizada desde Pádua” (SARFATI, 2005, p. 83).

a Liga das Nações pôs em cheque a segurança coletiva, que Roosevelt buscará se inspirar para gerar a ideia “dos Quatro Guardas”, segundo Kissinger (2012).

Já a frente do comando do estado soviético, Stalin mantém o reflexo da ideologia e da velha política externa da sua nação – agindo conforme um mestre da *Realpolitik* irá tentar “tirar proveito da vitória de seu país, ampliando a influência russa na Europa Central”. (KISSINGER, 2012, p. 354).

Ainda sobre o equilíbrio de poder, Martin Wight (2002) o conceitua como:

[...]a concepção do equilíbrio de poder pertence especialmente à política internacional, e é nesse sentido que tem sido mais explorada. O equilíbrio de poder é o princípio daquilo que poderia ser chamado de ‘a mecânica da política do poder’ [...] A política do equilíbrio de poder está fundamentada, como disse Hume, ‘no bom-senso e o raciocínio óbvio’; ela é uma aplicação da lei da autopreservação (WIGHT, 2002, p. 167-168).

De acordo com Vizontini (2004), os elementos constituintes dos resultados da Segunda Guerra Mundial são demasiadamente fundamentais para o entendimento e compreensão do desencadeamento de eventos que culminará no embate da Guerra Fria.

As variáveis opostas entre EUA e URSS – especialmente ideológicas –, mesmo que no conflito tenham se aliado para derrotar o nazi-fascismo, é o marco inicial de um futuro onde não se vislumbrará uma paz duradoura, entretanto, não se deseja uma terceira guerra mundial. Característica peculiar no novo cenário internacional. Ademais “A URSS desempenhara um papel decisivo na derrota da Alemanha nazista e gozava de imenso prestígio diplomático e militar” (VIZENTINI, 2004, p. 66). Dessa maneira o Estado soviético não poupará esforços em praticar a tradicional política externa realista em busca de seus interesses, os quais também regeram a política externa estadunidense. Assim, sob a égide dos EUA, o capitalismo marca seu triunfo.

No plano político-ideológico, a derrota do nazi-fascismo significou um violento revés da extrema-direita, do racismo, da barbárie, do obscurantismo, do militarismo, do genocídio, da reação mais torpe e de seus valores opressivos, representando, por contraposição, a afirmação da democracia, das liberdades individuais, sociais e nacionais, bem como um enorme prestígio para o socialismo (VIZENTINI, 2004, p. 68).

A aliança mundial contra o terror nazifascista durou exatamente o tempo necessário para detê-lo. A natureza ideológica divergente das duas potências vencedoras da 2ª G.M. é o conceito chave na essência da Guerra Fria. A germinação da luta ideológica estava

florescendo, ainda que ambos os Estados percebessem o poder oposto de cada um e, segundo HOBBSBAWM (2008), ao contrário da retórica beligerante da Guerra Fria “trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível no longo prazo”. A convivência pacífica nos Estados que sofreriam as influências de EUA e URSS era ainda menos concreta.

A partir do momento que estava posto os países vencedores da guerra, esses atores internacionais começaram a lançar mão de suas novas políticas externas, na busca da sua consolidação de sua posição de hegemonia, legitimidade e o papel a atuar no novo cenário. Desse modo, era evidente a situação de certa superioridade dos EUA, pois praticamente não sentira a devastação material em seu território e saíra com a economia intacta e pujante. O nascer de uma nova ordem internacional estava eclodindo.

Apesar da 2ª Guerra Mundial (2ª G. M.) ter vencedores, os EUA apresentava uma realidade de hegemonia militar-financeira mundial. O poder militar naval, aéreo e terrestre era absoluto, eis que detinha vantagens nunca alcançadas por outra potência na história, além de possuir exércitos e bases militares e navais em todos os continentes. Na conferência de Bretton-Woods (1944), a criação do FMI e do Banco Mundial impõe toda sua superioridade econômica ao mundo capitalista, observa Vizentini (2004).

Já a URSS via-se em situação mais delicada, mesmo com o prestígio militar e político de uma vencedora da 2ª G. M., e decisiva na derrota de Hitler. Stalin, um mestre da *Realpolitik*, entendia perfeitamente a situação da nação e agia com sua principal arma, o prestígio do Exército Vermelho. E, assim, entendia que a URSS devia manter suas áreas territoriais conquistadas como pagamento “pelas vitórias soviéticas e pelo sofrimento heroico do povo russo” (KISSINGER, 2012, p. 382).

A Europa encontrava-se como um campo de guerra, totalmente fragilizada. Somente a Inglaterra estava com certa posição de vantagem por fazer parte dos países vencedores da guerra, no entanto, ainda que em situação mais fraca do que Churchill tentava demonstrar e do que Roosevelt acreditava. Nesse momento, a Europa encontrava-se como nunca antes, pois perdera o poder do centro da política mundial e o declínio “da diplomacia de equilíbrio de poder ocorria concomitantemente com a formação de um sistema bipolar, centrado nas formações capitalistas e socialistas” (VIZENTINI, 2004, p. 68). Enquanto as nações europeias eram relegadas a papéis coadjuvantes, a URSS e os EUA consolidavam a bipolaridade de um novo cenário internacional.

A ordem mundial encontrava-se, desta forma, oposta e dividida em seus anseios, ideologias e políticas. Apesar da total oposição dos sistemas sociais entre as duas potências hegemônicas, não ocorreu uma terceira guerra mundial entre EUA e URSS.

Todavia, a realidade na *periferia* mundial foi outra. A situação em que se encontrava a Europa não era propícia nem possível de manter suas colônias na Ásia e na África, as quais ao passar dos anos entraram em luta por independência. Aonde os impérios coloniais iam sendo derrubados, e muitos insuflados e apoiados de diversas formas por EUA e URSS (ambas as potências viam nesses territórios futuros aliados e parceiros de seus sistemas sociais, político e econômico).

Sob esse prisma, entende HOBBSAWM (2008):

O que prejudicou fatalmente os velhos colonialistas foi a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente, e que as velhas potências coloniais encontravam-se fracas demais, mesmo após uma guerra vitoriosa, para restaurar suas antigas posições (HOBBSAWM, 2008, p. 214).

Assim, “foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu” (HOBBSAWM, 2008, p. 225).

À vista disso, os EUA reservaram um papel especial para a América Latina. Isso porque, desde a Doutrina Monroe³ a margem de manobra autônoma das políticas nacionais dos Estados da América Latina era historicamente restrita, visto que esse continente sofria fortemente com uma política externa caudatária de Washington.

E após a 2ª G. M. não será diferente. Os EUA não observam a América Latina com relevância no cenário internacional para uma política externa específica aos diversos países e, assim, buscam uma forma de manter os países da região sob forte influência de modo geral, sem, contudo, necessitar uma atenção e política exclusiva.

O problema, para os Estados Unidos, é que existiam fortes tendências nacionalistas nos grandes países da região, geralmente associadas a projetos autônomos de desenvolvimento, como no Brasil de Vargas e de João Goulart, no México e na

³ “Em 2 de dezembro de 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, em mensagem ao Congresso norte-americano, avisava que o país consideraria uma ameaça para a sua paz e segurança qualquer tentativa, por parte das potências europeias, de tentar impor o princípio de legitimidade do sistema de Viena a qualquer parte das Américas – era uma manifestação política de peso, considerando que o governo de Washington declarava-se previamente hostil a qualquer tentativa de restauração”. (LESSA, 2008, p. 79).

Argentina de Perón, estando esta última ainda fortemente vinculada à Europa. [...] Com o fim do suposto ‘perigo nazista-alemão’, introduziu-se na mídia e na vida política um discurso maniqueísta que ressaltava a configuração de uma ainda maior ‘ameaça comunista-soviética’, como forma de forjar uma nova legitimidade para o alinhamento do continente em torno do ‘protetor norte-americano’. (VIZENTINI, 1997).

A Guerra Fria se desenhava por todos os continentes de uma forma ou de outra, adentrando sem escrúpulos ou valores morais filosóficos nas entranhas das nações, mesmo as mais fechadas ou, ainda, na busca por autonomia, inevitavelmente, iriam sentir suas consequências. De certa forma, a Terceira Guerra Mundial era uma realidade cada vez mais presente, mesmo que não fosse à configuração clássica beligerante de guerra. “Como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, ‘a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida’” (*apud* HOBSBAWM, 2008, p. 224).

A trajetória incomum de uma guerra sem batalha entre as principais nações envolvidas salienta inúmeros debates a cerca das políticas externas e de segurança que eram adotadas. Desse modo, “a Guerra Fria oferece uma perspectiva exclusiva sobre as relações internacionais e esclarece a dinâmica de duas escolhas de política externa que foram feitas: a escolha de *intimidar* e a escolha de *conter*” (NYE, 2009, p. 142).

O conceito de *intimidar* na política internacional foi aplicado pelos reinos/impérios/nações ao longo da história, quais sejam, formação de numerosos exércitos, com diferentes táticas e estratégias de guerra intimidadoras, ameaças formais e informais, bem como, ardilosas alianças fomentadoras de intimidação, por exemplo. Os anos que sucederam a 2º G. M. não foram distintos, a *intimidação* foi utilizada como desencorajamento, especialmente com o advento das armas nucleares. De acordo com Nye (2009), um dos aspectos da Guerra Fria era o método de tentar desequilibrar a margem de poder da potência rival através da intimidação de grandes arsenais nucleares, até mesmo com discursos apocalípticos.

O conceito de intimidação estava ligado à política de *contenção*. Durante a Guerra Fria, a contenção referia-se a uma política americana específica de conter o comunismo soviético assim como de promover uma ordem mundial liberal do ponto de vista econômico e político (NYE, 2009, p. 142).

A política de *contenção*, como a *intimidação*, não surgiu durante a Guerra Fria, “ainda que o termo tenha surgido” (NYE, 2009, p. 142). Assim, como a intimidação, pode-se

verificar através da história as inúmeras vezes que a política de contenção foi aplicada por nações/impérios/reinos em defesa de seus interesses, de modos distintos, como com poder militar, econômico, cultural. “Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos oscilaram entre uma política expansiva de conter o comunismo e uma política mais limitada de conter a União Soviética” (NYE, 2009, p. 143).

2.1 Os esforços para uma nova ordem mundial pós-guerra

Os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética foram os grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial. A partir de então desejavam preencher um espaço de atuação no novo cenário internacional que estava se formando e, portanto, legitimar a sua margem de poder no sistema internacional conseguindo impor aos seus moldes de política externa a lacuna deixada pelos derrotados, principalmente da Alemanha.

Cada vencedor atuou nos termos da experiência histórica de sua nação. Churchill desejava reconstruir o tradicional equilíbrio de poder na Europa. Isso queria dizer a reconstrução da Inglaterra, da França e mesmo da Alemanha derrotada para, juntamente com os Estados Unidos, contrabalançarem o colosso soviético do leste. Roosevelt visualizou uma ordem de pós-guerra que os três vencedores, mais a China, seriam o conselho de administração do mundo, mantendo a paz contra qualquer vilão em potencial, que ele acreditava ser a Alemanha – visto que se chamou “dos Quatro Guardas”. A abordagem de Stalin refletiu sua ideologia comunista, mas também a velha política externa russa. Quis tirar proveito da vitória de seu país, ampliando a influência russa na Europa Central. Sua intenção era fazer, dos países conquistados pelos exércitos soviéticos, zonas de proteção da Rússia contra uma futura agressão alemã (KISSINGER, 2012, p. 353/354).

Os princípios Wilsonianos ainda não estavam totalmente superados, no entendimento de Roosevelt. O presidente norte-americano não vislumbrava futuro e nem interesse em restaurar o equilíbrio de poder europeu, pois para manter a paz, no pós-guerra, era necessário “um sistema de segurança coletiva dos aliados do período da guerra, em concerto, sustentado pela vigilância e a boa-fé mútuas” (KISSINGER, 2012, p. 354).

Nesse sentido, Roosevelt não pretendia apoio militar ou econômico à Europa logo após a guerra, eis que assim que o conflito chegasse ao fim traria seu exército para casa. Também desejava que os interesses europeus, militares e econômicos, fossem sanados pela Inglaterra. Estava se dirigindo contrariamente aos interesses de Churchill, pois este detinha total conhecimento da realidade restrita do poder inglês de defender a Europa e ainda

restaurá-la economicamente, mesmo que, sagazmente, Churchill tenha auferido uma ilusão ao status de grande potência da Inglaterra.

A grande aspiração para o sistema internacional da busca de valores universais, como a paz, por exemplo, era a busca incessante através da segurança coletiva como objetivo perene para uma nova ordem mundial vindoura e duradoura, no desejo wilsoniano de Roosevelt, o intuito era de alcançá-la através de uma aliança dos vencedores, preservando alguns conceitos e superando os erros da Liga das Nações, apresentando, assim, a essência dos Quatro Guardiões.

De encontro aos ideais pretendidos pelo presidente estadunidense estava uma nação ideologicamente contrária aos EUA e, histórica e culturalmente realista. Stalin preconizava uma política externa rigorosamente “as da *Realpolitik* do Velho Mundo” (KISSINGER, 2012, p. 356). Isso porque após a ameaça da Alemanha nazista ser extinta, a URSS pretendia buscar seus interesses ideológicos e políticos, ainda que implicasse contrapor seus antigos aliados, de acordo com Kissinger (2012).

Entretanto, no entendimento de Hobsbawm (2008) as declarações públicas e insinuações insufladas na população pelo poder público era uma dissonância com a realidade soviética e, até mesmo, um discurso leviano e o princípio da guerra ideológica. Assim, exemplifica o discurso ocidental sobre a URSS como um “cenário de pesadelo da superpotência moscovita pronta para a conquista imediata do globo, e dirigindo uma ‘conspiração comunista mundial’ atea sempre disposta a derrubar os reinos da liberdade” (HOBSBAWM, 2008, p. 229).

Os mesmos meios de influência, discursos de terror, métodos de dualismo entre liberdade/democracia (aos moldes norte-americanos) e autoritarismo/terror soviético do comunismo foram empregados em praticamente toda a América Latina. Os governos que não representassem os interesses liberais do mundo capitalista americano e aspirassem uma tentativa de desenvolvimento autônomo eram automaticamente socialistas, comunistas e contrários ao mundo livre.

O expansionismo de Stalin estava restrito aos territórios firmados nas conferências de cúpula entre 1943-1945. O Exército Vermelho, sua maior arma militar e honrada vantagem, estava sendo desmobilizada tanto quanto ao exército americano até o fim de 1948, segundo Hobsbawm (2008).

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime. [...] Precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA (HOBBSAWM, 2008, p. 230).

Como o pensamento conjuntural de Stalin era comunista, preconizando uma linha de evolução do capitalismo na direção ao comunismo, inevitavelmente determinista e rígido, estava convicto de que mais cedo ou mais tarde o capitalismo chegaria ao fim e se transformaria no comunismo e, desse modo, a coexistência não seria permanente. Como de fato não foi. Apesar disso, o entendimento soviético era claro, conforme Hobsbawm (2008), de que se encontrava em desvantagem de posição com os EUA.

A Inglaterra que, após a queda francesa em 1940, enfrentou sozinha o Eixo por um longo período e encontrava-se totalmente restrita ao pensamento de sobrevivência e de luta, travava um devastador embate contra Hitler, no qual os anseios de vitória estavam mais próximos do Terceiro Reich. Somente após a entrada dos EUA na guerra, Churchill pôde reascender as esperanças de vitória e, sobretudo, de poder pensar não mais na mera sobrevivência, mas no futuro do pós-guerra.

A intenção de restaurar o equilíbrio de poder europeu, objetivo tradicional inglês, afastava-se cada vez mais no decorrer da guerra. Churchill compreendia, de certo modo, que a Europa estava em declínio e provavelmente não conseguiria manter uma ordem mundial centralizada no seu continente, à medida que os EUA e a URSS avançavam em conquistas e poder real. Assim estava o pensamento da diplomacia inglesa, entre dois gigantes e uma mínima margem de manobra, pois de um lado “a defesa de Roosevelt da autodeterminação mundial punha em perigo o Império Britânico [*de outro*]⁴ o propósito de Stalin projetar a União Soviética para o centro da Europa ameaçava a segurança inglesa” (KISSINGER, 2012, p. 358).

Churchill compreendia como ninguém a realidade que se passava no seu país, mesmo mantendo uma posição segura de si sobre a nação inglesa e, no seu entendimento, necessitava de uma política que se aproximasse de Washington – visto que olhava para Moscou com receio. Ademais, após a batalha de Stalingrado a URSS demonstrou o desejo de manter as conquistas territoriais do Exército Vermelho. Já Roosevelt mantinha uma relação

⁴ Grifo nosso.

dual com a Inglaterra – próximos para deter Hitler e distantes nas intenções da ordem do pós-guerra.

Salienta-se que, na linha de pensamento de Roosevelt, o comprometimento do presidente em não debater o sistema internacional pós-guerra, ainda durante o conflito, foi favorável aos EUA para conter o equilíbrio de poder, por exemplo.

Em todas as questões para as quais a premissa wilsoniana de uma harmonia fundamental era relevante, Roosevelt teve o papel principal na estruturação do mundo. Sob sua égide, uma série de conferências internacionais esboçara os projetos dos componentes cooperativos da ordem mundial do pós-guerra: para o que se tornou a Organizações das Nações Unidas (ONU) – em Dumbarton Oaks, para as finanças mundiais – em Bretton Woods, para alimentação e agricultura – em Hot Springs, para amparo e reabilitação – em Washington, e para aviação civil – em Chicago (KISSINGER, 2012, p. 362).

2.1.1 As principais conferências entre os Aliados

Os três grandes chefes de estado e seus ministros de relações exteriores estavam intensamente envolvidos em debater o futuro da guerra e, posteriormente, reorganizar o sistema internacional. Por conseguinte, inúmeros encontros e conferências ocorreram entre 1943 e 1945, dentre elas as de Dumbarton Oaks, São Francisco, Teerã, Moscou, Yalta e Potsdam, consideradas as mais importantes.

Em outubro, de 1943, os ministros do Reino Unido, Anthony Eden; do EUA, Cordell Hull; da China, Foo Ping-sheung; e da União Soviética, Vyacheslav Molotov reuniram-se em Moscou para discutir uma possível participação da URSS na guerra contra o Japão e o grande tema sobre segurança coletiva. Nesse momento começa a se debater a criação de uma organização supranacional, que viria a ser a Organizações das Nações Unidas (ONU).

Em Teerã, no final de novembro e início de dezembro de 1943, foi a oportunidade do primeiro dos três encontros entre Churchill, Roosevelt e Stalin. A Conferência de Teerã foi marcada pela discussão sobre as fronteiras soviéticas na Polônia e pela anexação da Estônia, Letônia e Lituânia, assim como os detalhes do desembarque na França e a ofensiva da URSS à Alemanha. Oito meses depois, em agosto de 1944, ocorreu a Conferência de Dumbarton Oaks, nos Estados Unidos. Nesse encontro, as discussões ficaram centradas no formato no qual seria a ONU, inclusive a criação de um Conselho de Segurança.

Em fevereiro de 1945, em Yalta na Criméia, ocorre uma das principais conferências e, para a América Latina e para os países *periféricos*, de consequências mais significativas. Nessa ocasião foi referendado por Stalin, Roosevelt e Churchill “a fixação da fronteira soviético-polonesa na Linha Curzon e a entrega, à Polônia, de territórios alemães [...] como reparação pela destruição perpetrada pelos nazistas nesse país” (VIZENTINI, 2004, p. 69).

Decidiu-se ainda a formação de governos de coalizão na Polônia e na Iugoslávia. Foi também acertado que a Alemanha não seria partilhada, mesmo que a curto prazo fosse dividida em zonas de ocupação [...] Os EUA obtiveram da URSS o compromisso de entrar na guerra contra o Japão [...] A decisão de manter a Grande Aliança até a derrota completa do Eixo fez Yalta o ápice da colaboração entre EUA e URSS, estabelecendo *áreas de influência* entre ambos em algumas regiões – e não a “partilha do mundo” (VIZENTINI, 2004, p. 70).

O grande ponto alto de colaboração entre os EUA e a URSS demonstrou, empiricamente, o declínio inglês como grande protagonista e potência mundial do cenário internacional. O grande resultado alcançado durante a conferência não foi satisfatório para a direita autoritária que, por intermédio de seus acadêmicos e intelectuais, culpavam Roosevelt como um *velho e doente* que fora fraco nas negociações. E, assim, possibilitando a presença da URSS na Europa Oriental e no Extremo Oriente.

Contudo, a influência exercida pela União Soviética nos territórios centro-orientais da Europa, em contrapartida ao resto do mundo capitalista, sob influência dos norte-americanos, evidencia um exagero intencional da expressão *partilha do mundo* ou, uma hipérbole.

O impacto gerado por Yalta nos países que viriam a ser chamados de Terceiro Mundo consiste na consequência implícita de que estes países deveriam ser somente zonas de influência, subserviente a potência hegemônica. Como a América Latina está na *zona de influência* dos EUA, é a esta nação que nossos interesses estariam atrelados.

Sob o signo de Yalta, foi condicionado o conteúdo da Doutrina Monroe, com a criação de organizações internacionais especificadamente destinadas a enquadrar o continente à *Pax Americana*, o [...] (TIAR, ou Pacto do Rio de Janeiro), um instrumento militar criado em 1947, destinado à ajuda mútua em caso de “ameaça externa” [...] a OEA, criada em 1948 como organização política [...] A Escola Superior de Guerra, dentro de cada país, e a Escola do Panamá, criadas na mesma época, com suas teorias geopolíticas, com a assistência militar e o apoio a golpes de Estado e regimes ditatoriais, completam o quadro dos novos instrumentos de poder dos Estados Unidos sobre o subcontinente. Entre outros aspectos, Yalta significava para a América Latina um tratamento diferente do que os EUA concediam à Europa, onde este país defendia a democracia e o “mundo livre” (VIZENTINI, 1997).

No entendimento de Kissinger (2012), as estratégias de Churchill, Stalin e Roosevelt, durante a Conferência de Yalta, centravam em seus próprios interesses. O inglês “desejava discutir os arranjos políticos do pós-guerra”, o que evidenciou a limitada força inglesa, apesar de seus esforços, pois Stalin e Roosevelt não deram prosseguimento aos desejos da coroa.

Em contrapartida, o presidente norte-americano estava concentrando seu empenho nas matérias referentes a segurança coletiva, a ONU, especialmente sobre os processos de votação – logo, um dos pontos que fracassara o desempenho da Liga das Nações. Igualmente, visava “acertar a participação soviética na guerra contra o Japão” (KISSINGER, 2012, p. 371). A estratégia do general soviético era gastar o máximo de tempo possível nessas pautas a fim de não entrar no mérito da Europa Oriental, possuindo um interesse honesto na guerra contra o Japão no intuito de “partilhar também das vantagens dessa vitória” (KISSINGER, 2012, p. 372).

Roosevelt voltou para os EUA celebrando a Conferência de Yalta e, em discurso ao congresso norte-americano, destacou mais um vez o princípio da segurança coletiva pautada em uma organização supranacional em defesa da paz, qual seja, a ONU. Declarou Roosevelt sobre a conferência,

[...] deve marcar o fim do sistema de ação unilateral, das alianças exclusivas, das esferas de influência, dos equilíbrios de poder e de todos os outros mecanismos que têm sido tentados durante séculos – e sempre falharam. Propomos, em lugar deles, uma organização universal onde todas as nações amantes da paz finalmente terão a chance de estar. Estou certo de que o congresso e o povo americano receberão os resultados desta conferência como o início de uma estrutura permanente de paz. Trecho do discurso de Roosevelt ao congresso, (KISSINGER, 2012, p. 373).

O próximo encontro dos chefes de estados aconteceria sem a presença de Roosevelt, pois o presidente norte-americano falecera em abril de 1945, chegando a presidência, portanto, Harry Truman. Este assume empenhado em dar continuidade ao legado do ex-presidente, contudo, no final do seu primeiro mandato já não há a harmonia do período da guerra.

Entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945 ocorreu a Conferência de Potsdam, em Berlim, que formalmente representou a ratificação das decisões de Yalta. Entretanto, o ambiente começava a se tornar menos amistoso, tendo em vista que Truman assumia uma posição mais rígida em relação a URSS, além de marcar o episódio que Truman informa a

Stalin, oficialmente, da existência e posse da Bomba A, a qual foi lançada no Japão poucos dias depois do encontro e, desse modo, produziria a nova corrida armamentista e um novo capítulo e aspecto relevante da Guerra Fria.

Joseph Nye (2009) entende que;

Atualmente, a maioria dos historiadores concorda que Truman lançou a bomba sobre Hiroshima e Nagasaki basicamente para apressar o fim da guerra com o Japão, não para intimidar a União Soviética, conforme alguns revisionistas⁵ alegaram. No entanto, ele esperava que a bomba tivesse algumas consequências políticas. [...] Em 1946, quando os Estados Unidos apresentaram o Plano Baruch para o controle das armas nucleares pela ONU, Stálin rejeitou-o porque queria fabricar a própria bomba. No entender dele, uma bomba sob controle internacional ainda seria uma bomba americana, pois apenas os americanos sabiam como fabricá-la. (NYE, 2009, p. 149 e 150).

Todavia, no entendimento de Vizentini (2004), a presidência de Truman e a entrada em cena da Bomba A mudou os rumos da política internacional entre as grandes potências, afirmando que:

As bombas atômicas lançadas sobre um Japão à beira da rendição eram militarmente desnecessárias. Foram, na verdade, uma demonstração de força diante dos soviéticos e dos movimentos de libertação nacional que amadureciam na China, na Coreia e nos países do sudeste asiático, bem como uma intimidação à esquerda europeia e à agitação no mundo colonial (VIZENTINI, 2004, p. 71).

A Segunda Guerra Mundial chegou ao seu fim com consequências humanas nunca antes conhecidas, sem qualquer acordo de paz, com um vácuo geopolítico e o fim do equilíbrio de poder e, sobretudo, um avanço para a bipolaridade mundial, a qual dividiu o mundo ideologicamente.

2.2 A bipolarização

O fim da guerra gerou um vácuo geopolítico, pois os vencedores encontravam-se em território europeu sem um *líder* europeu. Apesar dos esforços de Churchill, a Inglaterra não seria capaz de manter a segurança e reerguer a economia do continente. Os acordos de Yalta

⁵ O termo *revisionistas* refere-se a uma escola de teoria sobre os pontos de vista de causas da Guerra Fria. Como descreve Nye (2009), “Os *revisionistas*, que começaram a se pronunciar basicamente na década de 1960 e no início da década de 1970, acreditam que a Guerra Fria tenha sido causada pelo expansionismo americano e não pelo soviético. Suas evidências são de que, no fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo não era realmente bipolar – os soviéticos eram muito mais fracos do que os Estados Unidos, que se fortaleceram com a guerra e tinham armas nucleares, ao passo que os soviéticos não tinham”.

começam a se deteriorar e a política de Truman demonstra desinteresse em mantê-los. Sem experiência em política externa, Henry Truman já demonstra como serão as relações com a URSS, “no dia da rendição alemã o governo americano interrompeu sem comunicação prévia a ajuda fornecida [...] à URSS” (VIZENTINI, 2004, p. 71).

Os EUA, presidido por um senhor oriundo do meio oeste norte americano e que nunca chegará à universidade, representava o velho e tradicional conservadorismo republicano. Já com o seu antecessor, “toda a vida de Roosevelt fora uma preparação para o cargo mais alto; Truman era produto da máquina política de Kansas City” (KISSINGER, 2012, p. 382).

O cenário internacional dava cada vez mais sinais de fragmentação, visto que acordos, tratados, assistência e, até mesmo, comunicação estavam sendo rompidos. Salienta-se, ainda, que mesmo antes do fim da guerra ocorriam fatos de profunda dissonância entre URSS e o ocidente, como os episódios:

General Groves, responsável pelo projeto Manhattan (produção da Bomba A), afirmara em 1942 – em plena vigência da aliança EUA-URSS – que essa seria uma importante arma contra a União Soviética! No mesmo ano, Churchill elaborou seu *Memorandum Secreto*, no qual afirmava que, assim que o Eixo deixasse de constituir uma ameaça, os aliados anglo-saxões deveriam recordar que a URSS era o “verdadeiro inimigo”. (VIZENTINI, 2004, p. 71).

Os desentendimentos e acirramentos políticos prosseguiram em território europeu, vez que havia países do Mediterrâneo Oriental e do Oriente Médio que eram influenciados pelos britânicos antes da Segunda Guerra Mundial, sendo que após a guerra a União Soviética tentou ocupar essa posição geopolítica.

Primeiro, os soviéticos recusaram-se a retirar suas tropas do Irã em março de 1946. Os Estados Unidos apoiaram o Irã em um debate na ONU. Os soviéticos finalmente recuaram [...] A União Soviética também começou a pressionar a Turquia, país com quem fazia fronteira no sul, ao mesmo tempo em que os comunistas pareciam estar ganhando a guerra civil na Grécia (NYE, 2009, p. 150).

Após se retirarem do Irã, os soviéticos viram os EUA aí se instalarem. Nesse momento, a guerra geopolítica estava posta. Ambas as potências passaram a entender, após o ocorrido no Irã, que “qualquer recuo em sua área de influência representaria a presença de um inimigo potencial em suas fronteiras” (VIZENTINI, 2004, p. 72). No oriente se afirmava que os norte-americanos, através da política externa ofensiva de Truman, *davam passos* em

direção ao conflito; no ocidente se afirmava que os soviéticos eram expansionistas e os países defensores do *mundo livre* deviam se prevenir do *perigo vermelho*.

O sentimento e política antissoviéticos começaram oficialmente no ano de 1946, quando Churchill discursa em uma Universidade do interior dos EUA, ao lado de Truman. De acordo com Vizentini (2004), invocando a famosa frase “cortina de ferro”, para designar o que ocorria na metade oriental da Europa.

O pós-guerra evidenciou o caráter frágil da política e da economia europeia e, nesse ínterim, os EUA não esboçaram qualquer dúvida em questionar a força inglesa na proteção dos países europeus. A tensão europeia, aliada ao fato de que a maioria do Congresso norte-americano era republicana, conduziu Truman a uma política externa mais dura. Posteriormente, em março de 1947 proclama a *Doutrina Truman*, através de um discurso calcado no moralismo e na ideologia da proteção dos *povos livres* em qualquer território.

Assim, quando explicou a mudança política, Truman não falou sobre a necessidade de manter um equilíbrio de poder no Mediterrâneo Oriental oferecendo ajuda à Grécia e a Turquia. Em vez disso, ele falou sobre a necessidade de proteger os povos livres em toda parte. Essa explicação moralista, ideológica, para o povo americano tornou-se conhecida como a Doutrina Truman (NYE, 2009, p. 152).

A parte ocidental e central da Europa virou um campo de *guerra* anticomunista, influenciados e apoiados pelos EUA e setores conservadores da sociedade como um todo. Como demonstra Hobsbawm (2008):

A base política dos governos ocidentais da Guerra Fria ia da esquerda socialdemocrata de antes da guerra à direita não nacionalista moderada também anterior à guerra. Aí os partidos ligados a Igreja Católica se mostravam úteis, pois as credenciais anticomunistas e conservadoras da Igreja não ficavam atrás de mais ninguém [...] Esses partidos desempenharam, assim, um papel central na política ocidental após 1945, temporariamente na França, mais permanentemente na Alemanha, Itália, Bélgica e Áustria (HOBSBAWM, 2008, p. 236).

Poucos meses após a declaração da nova política externa norte-americana ou da nova doutrina, veio seu complemento, qual seja, a nova política econômica. Em junho de 1947, o secretário de Estado George Marshall anunciou o plano de auxílio econômico para os países europeus, o Plano Marshall.

Joseph Nye (2009) ressalta que:

A proposta inicial do Plano Marshall convidava a União Soviética e os europeus orientais a participar se quisessem, mas Stálin exerceu uma pressão intensa sobre os europeus orientais para que não o fizessem. Stálin considerava o Plano Marshall não como uma generosidade americana, mas como um aríete para destruir sua barreira de segurança na Europa Oriental (NYE, 2009. p. 152).

A Doutrina Truman já expunha uma acirrada corrida e defesa política de influência no território europeu em prol dos partidos que demonstrassem maior aliança aos interesses norte-americanos. Ainda que o cenário político interno na Europa era notavelmente capitalista, pouco identificado com o socialismo e avesso a ideia de ser dominado por uma nação oriental ou centro-oriental, os EUA viram uma oportunidade de impor a *pax americana*⁶. Desse modo, o Plano Marshall complementou a defesa de seus interesses e expôs a sua hegemonia mundial, lançando as bases para a formação da bipolaridade mundial e o nascimento de blocos políticos e militares.

O mundo acabará de sair de uma guerra mundial terrível e ainda existia uma forte opinião pública pacifista e antifascista, marcada pelo vigor do sentimento de Yalta. Assim, era preciso fazer com que o foco da opinião fosse dirigido para outro aspecto, insuflando outro sentimento.

Era preciso lançar mão de poderosos mitos e imagens que desarticulassem essa corrente e condicionassem a população a uma visão maniqueísta. A “ameaça soviética” e a “defesa do mundo livre” constituíram esses mitos mobilizadores e legitimadores da nascente Guerra Fria (VIZENTINI, 2004, p. 74).

Nesse sentido, o engajado crítico de mídia norte-americano e erudito linguista Noam Chomsky (2013), elenca inúmeros acontecimentos históricos que marcam o poder de manipulação da opinião pública em defesa dos interesses do Estado. A criação de *slogans* como a “ameaça soviética” e o “defesa do mundo livre” possui objetivo claro e “sua importância decisiva é que ele desvia a atenção de uma questão que, *esta sim*, significa algo: ‘Você apoia nossa política?’ Sobre ela ninguém quer saber sua opinião” (CHOMSKY, 2013, p. 26).

Já os partidos comunistas que estavam no poder na Europa Oriental, na URSS, bem como na França e na Itália, criaram o *Kominform*, uma agência de informações comunistas, que visava à coordenação das ações, internacionalmente, entre os partidos comunistas na

⁶ Segundo Vizentini (2004), “A situação hegemônica dos EUA em âmbito mundial permitiu-lhes estruturar uma nova ordem internacional quase inteiramente a seu molde – a *Pax Americana*”.

Europa. A bipolarização não poderia mais ser cessada, a ordem mundial não seria mais a mesma. Da mesma forma que o ocidente, a URSS criou:

o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME ou COMECON), integrando os planos de desenvolvimento e lançando as bases de um mercado comum dos países socialistas, em uma clara resposta ao Plano Marshall (VIZENTINI, 2004, p. 78).

Para consumir a bipolaridade do cenário internacional, após a política e a economia, irrompeu uma nova ordem militar e de segurança. Em 1949, origina-se a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar antissoviética. A organização firmou em definitivo o *laço* entre as nações ocidentais do atlântico norte, em defesa do *mundo livre* contra a *ameaça soviética*, sediado em Bruxelas e com um núcleo na unidade franco-germânico. “A política da aliança contra a URSS era dos EUA, e também seus planos militares.” (HOBSBAWM, 2008, p. 238). “A divisão da Europa agora era completa.” (VIZENTINI, 2004, p. 78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscou-se uma melhor compreensão acerca do papel desempenhado pelo EUA e pela URSS, bem como pela Inglaterra, na construção de uma nova ordem internacional. Ademais, possibilitou o entendimento das consequências da Segunda Guerra Mundial na geopolítica e na formulação de conceitos nas relações internacionais, superando, assim, o equilíbrio de poder europeu.

A partir do fim do conflito mundial perpetuava-se uma forte opinião pública pacifista e antifascista, revelando aspectos de fragilidade da política, da economia e da sociedade europeia, culminando no declínio do eurocentrismo e no avanço da bipolaridade mundial. Configurando-se, assim, uma nova ordem política, caracterizada pela existência de duas potências antagônicas.

Por derradeiro, as decorrências produzidas pela Segunda Guerra Mundial são profundamente importantes para o entendimento do processo histórico-político que deflagrará o novo e distinto conflito: a Guerra Fria.

REFERÊNCIAS

BULL, H. **A sociedade anárquica**. 1 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CHOMSKY, N. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LESSA, A. C. **História das Relações Internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MICHEL, M. H. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NYE, J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

ORIDES, M.; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SARFATI, G. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, J. M. **O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

VIZENTINI, P. F. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.40. Junho, 1997.